UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS – CCA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
CURSO DE AGRONOMIA

GIDEANE DOS SANTOS CARDOSO

ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF NO ESTADO DO MARANHÃO DE 2013-2021.

São Luís - MA
2021

Digitalizado com CamScanner

GIDEANE DOS SANTOS CARDOSO

ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF NO ESTADO DO MARANHÃO DE 2013-2021.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Agronomia do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA em cumprimento às exigências das Normas Gerais do Ensino de Graduação para obtenção do título de Engenheira Agrônoma.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati.

São Luís - MA

2021

Digitalizado com CamScanner

Cardoso, Gideane dos Santos.
Análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF no estado do Maranhão de 2013-2021 / Gideane dos Santos Cardoso. – São Luís, 2022.

50 f.

Monografia (Graduação) – Curso de Agronomia, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati.

1. Agricultura Familiar. 2. Crédito custeio. 3. Crédito investimento. I.Título.

CDU: 336.77:338.43"2013-2021"(812.1)

Digitalizado com CamScanner

GIDEANE DOS SANTOS CARDOSO

ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR- PRONAF NO ESTADO DO MARANHÃO DE 2013-2021.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Agronomia do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA em cumprimento às exigências das Normas Gerais do Ensino de Graduação para obtenção do título de Engenheira Agrônoma.

Aprovada em: 21/01/2022

BANCA EXAMINADORA

Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati

Profa. Dra. Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati (Orientadora)
Departamento de Economia Rural/CCA/UEMA

Stalys Ferreira Rocha

Prof. Me. Stalys Ferreira Rocha
Departamento de Economia Rural/CCA/UEMA

Uelson Serra Garcia

Prof. Me. Uelson Serra Garcia
Departamento de Economia Rural/CCA/UEMA

Digitalizado com CamScanner

Dedico a Deus, por sua infinita misericórdia de me sustentar em todos os momentos, sem Ele não teria conseguido chegar até aqui.
A minha família pelo apoio e investimento que sempre me concedeu.

Digitalizado com CamScanner

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de estar graduando em Agronomia, pelos anos que me sustentou e continua me sustentando, agradeço pelos momentos difíceis que passei, pois foram momentos que consegui tirar grandes aprendizados que contribuíram para meu crescimento dentro da graduação.

Agradeço a minha família, pelo apoio, investimento, incentivo, pelos princípios ensinados.

Agradeço a minha orientadora Profa. Dra. Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati, pela dedicação e ensinamentos para que fosse construído esse trabalho.

Agradeço ao corpo docente desta Instituição que durante toda a graduação se empenharam para formar profissionais aptos a construir uma carreira promissora, pelos conselhos que muito contribuiu quando precisei.

Agradeço a Universidade Estadual do Maranhão pela titulação em Bacharel em Agronomia, um orgulho poder fazer parte do corpo discente.

Aos amigos que constitui nesta instituição, em diversos momentos foram verdadeiros irmãos.

Digitalizado com CamScanner

"O proveito da terra é para todos; até o rei se serve do campo".

Eclesiastes 5.9

Digitalizado com CamScanner

RESUMO

O Maranhão tem cerca de 85% dos estabelecimentos agropecuários pertencentes a agricultura familiar, garantindo produtos para subsistência e comercialização dentro do Estado, o que mostra a sua contribuição para o desenvolvimento local. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), leva ao agricultor a oportunidade de obter recursos financeiros para custear as despesas e investimentos dentro da propriedade rural, visando uma melhor qualidade das atividades agropecuárias, resultando assim, em melhorias na vida dos agricultores familiares. O presente trabalho tem como objetivo identificar os municípios maranhenses que acessaram o Crédito Rural através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre os anos de 2013 a 2021 financiados pelo Banco do Nordeste (BNB). A metodologia utilizada foi de cunho descritivo e exploratória, pautadas em revisão bibliográfica baseados de acordo com as informações pesquisadas através dos sites do IMESC, IBGE, Banco do Nordeste, Banco Central do Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e autores que já pesquisaram sobre a temática. Os resultados mostraram que o número de municípios que acessaram o crédito custeio é menor do que os que acessaram o crédito para investimentos. As atividades agrícolas mais desenvolvidas são a produção de mandioca, arroz, milho, cana-de-açúcar, pimenta, banana e hortaliça. No setor da pecuária, os destaques foram a bovinocultura, pastagem, suínos, ovinos, piscicultura, avicultura, granjas de suínos, equinos, caprinos, asininos e alguns insumos (vacinas, medicamentos, sais minerais). Os recursos também foram empregados na prestação de assessoria técnica e empresarial, consultoria, elaboração de projetos e treinamentos, aquisição de máquinas e equipamentos para extração/fabricação, armazém, depósito, silo, galpão, paiol, estufa e instalações, sistema de captação, retenção e aproveitamento de água, entre outros. O total de municípios que se sobressaíram de 2013 – 2021, com acesso ao financiamento Pronaf Custeio/Investimento, foram 30 municípios. Destacam- se que o acesso ao crédito rural ainda precisa ser alcançado em muitos municípios do Estado do Maranhão e, que, entre os municípios que mais se destacaram no que tange aos financiamentos de custeio e investimento, em sua maioria, foram voltados para pecuária.

Palavra-chave: Agricultura Familiar. Crédito custeio. Crédito investimento.

Digitalizado com CamScanner

ABSTRACT

Maranhão has about 85% of agricultural establishments belonging to family farming, guaranteeing products for subsistence and commercialization within the state, which shows its contribution to local development. The National Program for the Strengthening of Family Agriculture (Pronaf) gives farmers the opportunity to obtain financial resources to cover expenses and investments within the rural property, aiming at a better quality of agricultural activities, thus resulting in improvements in the lives of family farmers. . The present work aims to identify the municipalities in Maranhão that accessed Rural Credit through the National Program for Strengthening Family Agriculture (PRONAF) between 2013 and 2021 financed by Banco do Nordeste (BNB). The methodology used was descriptive and exploratory, based on a bibliographic review based on information researched through the websites of IMESC, IBGE, Banco do Nordeste, Central Bank of Brazil, Ministry of Agriculture, Livestock and Supply and authors who have already researched about the theme. The results showed that the number of municipalities that accessed credit for funding is lower than those that accessed credit for investments. The most developed agricultural activities are the production of cassava, rice, corn, sugar cane, pepper, bananas and vegetables. In the livestock sector, the highlights were cattle farming, pasture, pigs, sheep, fish farming, poultry farming, pig farms, horses, goats, donkeys and some inputs (vaccines, medicines, mineral salts). The funds were also used to provide technical and business assistance, consultancy, project design and training, acquisition of machinery and equipment for extraction/manufacturing, warehouse, warehouse, silo, shed, warehouse, greenhouse and installations, capture system, retention and use of water, among others. The total number of municipalities that stood out from 2013 to 2021, with access to Pronaf Custeio/Investimento financing, were 30 municipalities. It is noteworthy that access to rural credit still needs to be achieved in many municipalities in the State of Maranhão and that, among the municipalities that stood out most in terms of funding and investment, most were focused on livestock.

Keywords: Family Farming. Credit cost. Investment credit.

Digitalizado com CamScanner

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa do Maranhão 30

Figura 2 Mapa dos municípios com maior aquisição de contratos via Pronaf custeio 2013 – 2015 33

Figura 3 Mapa dos municípios que se destacaram com acesso ao crédito via Pronaf Investimentos no ano de 2013 – 2015 35

Figura 4 Mapa dos municípios com maior aquisição de contratos via Pronaf custeio 2016 – 2018 36

Figura 5 Mapa dos municípios com maior aquisição de contratos via Pronaf Investimento 2016 – 2018 37

Figura 6 Mapa dos municípios com maior aquisição de contratos via Pronaf custeio 2019 – 2021 37

Figura 7 Mapa dos municípios com maior aquisição de contratos via Pronaf Investimento 2019 – 2021 38

Figura 8 Total de contratos para acesso ao crédito via Pronaf de 2013 - 2021 no estado do Maranhão 42

Figura 9 Total de municípios que receberam acesso ao crédito Pronaf custeio/ Investimento 2013 – 2021 43

Digitalizado com CamScanner

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1	Linhas e Limites de Créditos Pronaf Plano Safra 2021/2022	26
Tabela 1	Quantitativo de contratos por municípios que se destacaram com acesso ao crédito via Pronaf Custeio/Investimento no ano de 2013 – 2015	39
Tabela 2	Quantitativo de contratos por municípios que se destacaram com acesso ao crédito via Pronaf Custeio/Investimento no ano de 2016 – 2018	40
Tabela 3	Quantitativo de contratos por municípios que se destacaram com acesso ao crédito via Pronaf Custeio/Investimento no ano de 2019 – 2021	41

Digitalizado com CamScanner

LISTA DE SIGLAS

IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos	14
PIB	Produto Interno Bruto	14
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	18
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano	19
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	19
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar	20
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A	23
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	25
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento	25

Digitalizado com CamScanner

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	OBJETIVOS	16
2.1	Objetivo geral	16
2.2	Objetivos específicos	16
3	REFERENCIAL TEÓRICO	17
3.1	Agricultura Familiar	17
3.2	Agricultura Familiar no Maranhão	18
3.3	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)	20
3.4	Crédito Rural	21
3.5	Crédito Rural financiado pelo Banco do Nordeste	23
3.6	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf	25
3.7	Linhas de crédito do Pronaf	26
4	METODOLOGIA	30
4.1	O local do estudo	30
4.2	Técnicas de coleta, fonte dos dados e variáveis	31
4.3	Métodos de análise	31
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	33
5.1	Munícipios com maior número de aquisições dos financiamentos via Pronaf Custeio e Investimento	33
5.2	Quantitativo de contratos custeio e investimento financiados nos municípios do Estado do Maranhão que se destacaram no período de 2013 – 2021	38
6	CONCLUSÃO	45
	REFERÊNCIAS	47

Digitalizado com CamScanner

1 INTRODUÇÃO

Em meados de 2003 até 2010, houve uma visão pautada na segurança alimentar e inclusão social, pensou-se na criação de programas para o "fortalecimento da agricultura familiar e para um Brasil Fome Zero e uma vida digna no campo". Posteriormente, a Presidente Dilma Rousseff, deu seguimento com tais políticas governamentais para obter um Brasil com qualidade no seguimento rural e urbano, visando, também, a segurança alimentar (BIANCHINI, 2015, p. 11).

O Maranhão tem cerca de 85% dos estabelecimentos agropecuários pertencentes a agricultura familiar, garantindo produtos para subsistência e comercialização dentro do Estado, o que mostra a sua contribuição para o desenvolvimento local. Diversas atividades agropecuárias são desenvolvidas nos municípios, um exemplo predominante é o feijão e a mandioca. Um levantamento feito pelo IMESC nos últimos 20 anos em relação a produção agrícola municipal, destaca essas duas culturas como alimentos mais cultivados e importantes na mesa do consumidor local, ressaltam, que " a mandioca, por exemplo, é muito presente através de seus derivados como a farinha e a tapioca, alimentos significativos para a cultura gastronômica Maranhense" (IMESC, 2021, p. 25).

As políticas públicas vem se intensificando para incentivar a produção dentro da agricultura familiar, visando melhorar a qualidade de vida dos mesmos e elevar o PIB do Estado.

Para que ocorra produtividade dentro da agricultura familiar, faz-se necessário investimentos financeiros, pois é sabido, que os agricultores familiares, em sua grande maioria, não conseguem manter suas atividades em pleno desenvolvimento com recursos próprios, precisam buscar meios de custear as despesas e investir em seus empreendimentos. Assim como necessitam de uma assistência técnica, visando melhorar o desenvolvimento das atividades no meio rural.

> A Inovação é fundamental para aumentar a produtividade e a biotecnologia é uma ferramenta que pode contribuir. Soma-se a isso o investimento em uso de fertilizantes, que é um dos principais fatores que resultam em uma colheita de sucesso, além da adoção de técnicas de produção que otimizem o uso da área encanada para irrigação (IMESC, 2021, p. 27).

Digitalizado com CamScanner

Partindo dessa premissa, os produtores rurais buscam fontes de financiamento através do Crédito Rural e, um dos bancos que financiam esses recursos no estado do Maranhão, é o Banco do Nordeste com objetivo de levar o produtor rural a oportunidade de linhas de financiamentos com taxas baixas de juros, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), porém muitos agricultores ainda enfrentam barreiras no que tange o acesso ao financiamento.

> Muitos agricultores familiares enfrentam obstáculos na hora de escalar a produção devido a dificuldades relacionadas ao difícil acesso ao Crédito Rural, a insuficiência hídrica, a privação de insumos agrícolas e a falta de conhecimento técnico. Os programas de incentivo a agricultura familiar têm ajudado famílias a elevar a renda e a garantir uma produção com o menor desperdício (IMESC, 2021, p. 27).

Para tal, os produtores precisam emitir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) de acordo com as categorias que se enquadram. Após a sua comprovação, precisarão elaborar projetos dentro de suas propriedades para buscar junto ao banco aprovação do financiamento rural. De acordo com o Decreto n° 9.064, de 2017, a DAP foi substituída pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

O papel da Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER), é fundamental para auxiliar o produtor quanto aos trâmites legais na execução do projeto, bem como na assistência prestada ao produtor durante todo o ciclo que será desenvolvido dentro da propriedade rural. Pois, só assim, o Pronaf estará com seu objetivo sendo alcançado, que é melhorar a qualidade de vida dos agricultores.

Nesse contexto, o presente trabalho aborda uma pesquisa com levantamentos pautados em revisão bibliográfica, buscando identificar os municípios que foram assistidos com acesso ao financiamento de crédito via Pronaf no estado do Maranhão concedido pelo Banco do Nordeste entre o período de 2013 - 2021.

Digitalizado com CamScanner

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Identificar os municípios maranhenses que acessaram o Crédito Rural através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre os anos de 2013 a 2021 financiados pelo Banco do Nordeste (BNB).

2.2 Objetivos específicos

a) Identificar os municípios do Estado que mais se destacaram com acesso ao crédito rural;
b) Verificar a quantidade de contratos de custeio e investimentos que foram financiados nos referidos municípios.

Digitalizado com CamScanner

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico será discorrido sobre a Agricultura Familiar, Agricultura Familiar no Maranhão, Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), Crédito Rural, Crédito Rural financiado pelo Banco do Nordeste, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Linhas de crédito do PRONAF.

3.1 Agricultura Familiar

Desde os primórdios, que a agropecuária vem sendo praticada pelo homem, onde o mesmo cultivava plantas e domesticavam animais, sempre tendo o cuidado para multiplicar seus produtos e, assim, garantir sua subsistência, período no qual foi conhecido como neolítico. No entendimento de Mazoyer e Roudart (2010), esse foi um período marcante para o crescimento global, trouxe novos elementos naturais para o desenvolvimento da produção, produtividade e população.

De acordo com Schneider (1999) relata que a Agricultura Familiar vem ganhando atenção, por parte das esferas governamentais, universidades e a sociedade em geral. Aponta, "que a agricultura familiar é um dos componentes, que conferem legitimidade as classes populares que não poderiam ser enquadradas como pequenos agricultores, como arrendatários, posseiros, entre outros".

Segundo Altafin (2007, p. 34):

> Agricultura familiar não é propriamente um termo novo, mas seu uso recente, apresentando inclusive diferentes interpretações e definições sobre o seu significado e amplitude, com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e dos movimentos sociais, adquire novas significações.

A literatura aborda conceitos distintos para definir agricultura de caráter familiar. Para Wanderley (1996, p. 92), "a agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo".

Conforme a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006:

> É considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio

Digitalizado com CamScanner

> estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família (BRASIL, 2006, p. 1)

Para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2020, p. 1), a agricultura familiar é:

> A principal responsável pela produção de alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira. É constituída de pequenos produtores rurais, povos e com comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. O setor se destaca pela produção de milho, raiz de mandioca, pecuária leiteira, gado de corte, ovinos, caprinos, olerícolas, feijão, cana, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, fruticultura e hortaliças

Independente de qual conceito seja o mais apropriado, é fundamental focar no objetivo da agricultura, que é a produção de alimentos para a população, seja ela para a subsistência, para o mercado interno ou exportação.

De acordo com Delgado e Bergamasco (2017), o conceito de agricultura familiar abrange muitas etnias, que outrora foram denominadas de pequenos agricultores do Brasil. Durante o processo de desenvolvimento Brasileiro estes agricultores foram colocados em segundo plano, afirma ainda, que eles se uniram para ganhar espaço e forças e, assim, lutarem por seus interesses.

Para Castro e Freitas (2017, p. 15), analisar a agricultura familiar no Nordeste não é algo fácil, tendo em vista que é ampla no sentido da criação de animais e agricultura, pois são diversificados de acordo com cada local, bem como a maneira que cada agricultor desenvolve suas atividades. Aponta, que "o universo da agricultura familiar nordestina é composto por mais de 1,8 milhões de estabelecimentos e, equivalentes a 36,2% do total de estabelecimentos agropecuários do Brasil."

3.2 Agricultura Familiar no Maranhão.

No município de Balsas – Maranhão, Brito (2020), realizou uma pesquisa revelando que a participação dos agricultores no acesso ao Pronaf para investimentos voltados para pecuária foi reduzida entre os anos de 2013 a 2017. Os dados apontam que o valor dos recursos foi significativo por conta dos riscos para o setor da pecuária em relação a agricultura. A autora menciona, que nas propriedades agrícolas "destacam-se a produção de arroz, feijão, milho, abóbora

Digitalizado com CamScanner

farinha de mandioca, melancia e hortaliças." Para tal, faz-se necessário investimentos que sirvam de subsídios dentro da cadeia produtiva.

O levantamento feito pelo IMESC (2020) aponta que alguns desafios precisam ser vencidos no setor agrícola no que tange a baixa produtividade:

> O desafio é ainda maior para o Maranhão, o qual possui o maior percentual da população rural 35,7% do país e conta com 351 mil ocupados no setor agropecuário em 2019, o que corresponde a 15,7% do total de ocupados no estado. Apesar da expansão do agronegócio no Sul maranhense, a estrutura do setor agrícola ainda é caracterizada fortemente por uma agricultura de subsistência, com a utilização dos mesmos tipos de instrumentos utilizados séculos passados (foice, machado, facão, enxada), evidenciando a baixa produtividade da agricultura no estado. Os espaços rurais são atenuados por políticas de combate à pobreza, investimentos na agricultura familiar e no programa de assentamentos, e pela expansão gradativa dos serviços de educação e saúde, assim como de programas de transferência de renda (IMESC, 2020, p. 27).

Segundo dados do IBGE (2021) o quantitativo de produtos agrícolas (leguminosas, cereais e oleaginosas), aumentou 5,4% comparado ao ano de 2020. Essas culturas foram a razão da elevação total estimada de 5.716 milhões de toneladas produzidas.

Em 2015, o governo do Maranhão implantou um conjunto de leis pautadas para alcançar o setor rural. Dentre os programas estão os "incentivos fiscais, incentivos à pesquisa acerca do aumento da produção agrícola, estruturação das cadeias produtivas, inclusive nos municípios do 'Mais IDH' "(IMESC, 2020, p. 25).

No PIB do setor agropecuário maranhense em 2018, destacam-se, a lavoura temporária com 60,4%, seguida da pecuária com 26,4%, pesca e aquicultura com 8,7%, produção Florestal com 2,8% e a lavoura permanente com 1,7% (IMESC, 2020). Segundo Martins (2020) nesse setor destacam-se as mesorregiões Sul e Oeste Maranhense, juntas representam 57,4% do total, o que mostra a força da produção de soja, cana-de açúcar, algodão, arroz, milho e criação de bovinos. Entre os municípios, sobressaem os maiores produtores de soja, Balsas e Tasso Fragoso, contribuindo com 10% e 9,5%, respectivamente. Martins (2020, p. 74) também comprova em seu trabalho que entre 1974 a 2017, houve:

> O crescimento na produção de algodão, milho e soja; estabilidade da produção de cana-de-açúcar e a redução da produção de arroz, feijão e mandioca, justamente os cultivos tradicionais e a base da subsistência dos agricultores familiares, o que comprova que houve a substituição das áreas de cultivos alimentares por cultivos para exportação e indústria, principalmente por parte da cultura da soja no Sul Maranhense.

Digitalizado com CamScanner

Quanto ao avanço tecnológico no Estado, Martins (2020, p. 74), também afirma que:

> Houve ao longo dos anos avanços tecnológicos no setor agropecuário maranhense na produção das culturas para exportação e indústria, aqui representados pelo uso de máquinas, preparo do solo, adubação e agrotóxicos, enquanto nas culturas de subsistência, perpetua a falta de tecnologias e técnicas adequadas de manejo.

3.3 Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

Para que o produtor rural tenha acesso às linhas de créditos via Pronaf, ele precisa comprovar que se enquadra nos padrões exigidos para ser considerado agricultor familiar, que no caso, será reconhecido legalmente através do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), neste documento conterá os dados pessoais, de todos os membros pertencentes a família em questão, entre outras informações pertinentes.

Além dos agricultores, faz-se necessário emitir o CAF os "pescadores artesanais, aquicultores, maricultores, silvicultores, extrativista, quilombolas, indígenas, beneficiário do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)." (MAPA, 2021, p.1). Para tal, precisam se encaminhar as entidades credenciadas, sua emissão é gratuita e, cada município tem os locais específicos, no Maranhão, os locais, em síntese, são: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES), Agência Estadual de Pesquisa e Extensão Rural do Maranhão (AGERP), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais etc. (MAPA, 2021).

O CAF foi instituída através do decreto n°9.064, de 2017. Antes desse decreto, os agricultores familiares utilizavam a Declaração de Aptidão ao Pronaf para terem acesso aos programas voltados para agricultura familiar. Porém, a DAP ainda não ficou extinta, a emissão irá perdurar até 30 de junho de 2022. No entanto, para que os agricultores familiares possam conseguir acesso aos programas governamentais voltados para o setor rural necessitavam emitir a DAP. Nesse

Digitalizado com CamScanner

entendimento, os autores Vieira Filho et al. (2019, p. 165), ressaltam algumas recomendações aos agricultores em relação a DAP:

> A partir do momento em que decidem aderir ao financiamento do Crédito Rural disponibilizado por meio de Pronaf, as famílias devem pedir informações aos sindicatos que possam lhes orientar. Dessa forma mais direta, podem entrar em contato com a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, e obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) junto ao programa. Tendo tal informação como base, os agricultores rurais que se enquadram e demandam o crédito serão classificados de acordo com a renda advinda da atividade rural, a quantidade de empregos gerados no âmbito rural de produção, a renda bruta anual e o tamanho da propriedade (VIEIRA FILHO et al., 2019, p. 165).

Em relação a substituição da DAP para CAF, o secretário de Agricultura Familiar vinculado ao MAPA, destacou:

> A transição ocorrerá progressivamente e de acordo com a estruturação da Rede CAF em cada estado. Para isso, em um primeiro momento ocorrerá a coexistência da emissão da DAP e do registro de inscrição no CAF. Os agricultores familiares que possuem DAP ativa podem ficar tranquilos, pois continuarão tendo acesso às linhas de crédito do Pronaf e outras ações do Ministério. (MAPA, 2021, p. 1).

3.4 Crédito Rural

As leis que regem o financiamento rural, desde quando foi criado, tem a função de converter para o zona rural qualidade de vida aos produtores por meio de "tecnologias no campo, modernização da agropecuária nacional e da elevação dos volumes produzidos, o que permitiu ao Brasil figurar entre os principais produtores e exportadores de diversos produtos agropecuários". É sabido, que o papel do agronegócio para o país repercute na balança comercial, pois é através dele, que produtos alimentícios são colocados no mercado, bem como as commodities e criação de empregos e rendas para população. (CNA, 2016/2017, p. 1).

Segundo Leite (2012), os recursos financeiros são essenciais dentro da cadeia produtiva. O mesmo salienta que, a criação de linhas de financiamento para o setor rural, é crucial para que ocorra o desenvolvimento necessário para execução das atividades do setor rural. O autor aponta alguns direcionamentos para o meio rural em relação ao crédito financeiro:

Digitalizado com CamScanner

> Aspectos como diferenças entre o tempo de produção e o tempo de trabalho (sendo o primeiro maior do que o segundo na agricultura), maior suscetibilidade aos riscos climáticos (seca, geada, intempéries, etc.), forte instabilidade de preços, perecibilidade de produtos, inflexibilidade na escala produtiva, após o plantio, calendário agrícola (safra, entressafra, época de plantio, época de colheita), levam o setor agropecuário a demandar instrumentos de políticas relativamente adequada às suas condições produtivas (LEITE, 2012, p. 173).

Diante do que foi mencionado anteriormente, nota-se que os investimentos financeiros para o setor rural, devem ser planejados de acordo com suas particularidades agrícolas. Leite (2012), frisa, que os recursos financeiros quando liberados para o setor rural, tende a levar condições propícias para o setor progredir com sua produção e permite uma estrutura para que ocorra distribuição desses alimentos para a consumidor.

Araújo e Vieira Filho (2018), relatam, que os agricultores familiares para conseguirem acesso ao crédito rural Brasileiro em tempos passados, enfrentavam dificuldades em relação aos órgãos competentes que financiavam tais recursos, dessa forma, houve um aumento de diferenças na produção brasileira.

É sabido, que aos agentes de financiamento foram tendo uma visão mais ampla em relação aos produtores rurais, criando assim, linhas específicas para o desenvolvimento agrário. SCHNEIDER, CAZELLA E MATTEI (2014, p. 18), relatam que:

> Além do BNDES, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) assumiu o lugar de principal provedor de recursos, representando cerca de 80% do total desde 1996 até hoje. As outras fontes são os fundos constitucionais do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), criados pela Constituição de 1988 para favorecer o desenvolvimento das regiões mais pobres; as verbas vindas do Tesouro Nacional, alocadas no Orçamento Geral da União; a Exigibilidade Bancária (percentual de recursos captados pelos bancos comerciais e depositados no Banco Central) e, mais recentemente, os Bancos Cooperativos como o Bansicredi e Bancoob, que operam com convênios com o Banco do Brasil.

Os investimentos financeiros via PRONAF só atingiram um crescimento, após o Estado desenvolver estratégias que cobrissem a diferença existente entre as taxas de juros e os riscos de crédito. Mesmo com todo avanço, os maiores agentes do fomento estão concentrados no Banco do Brasil e o Banco do Nordeste (SCHNEIDER, CAZELLA E MATTEI, 2014, p. 18).

Em síntese sobre o crédito para agropecuária Brasileira, Belik (2015, p. 23), aborda, "que as fontes de recursos para o crédito se dividem em duas partes: dos

Digitalizado com CamScanner

recursos obrigatórios decorrentes do cumprimento de exigibilidade e nos recursos livres provenientes da caderneta de poupança rural."

De acordo com Gasques et al. (2010, p. 34) apontam que foi crucial elevar o valor dos recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades rurais, pois os investimentos alargaram o crescimento agropecuário.

Em relação ao financiamento para agropecuária Brasileira, Belik (2015, p. 54) aponta sugestões para serem revisadas, no que tange as políticas públicas pautadas na agricultura familiar:

> É necessário corrigir as anomalias observadas na distribuição do Crédito Rural para agricultura familiar tanto em termos regionais quanto entre os vários tipos de produção. Os créditos para comercialização e manutenção de moradia são fundamentais para a preservação da unidade familiar, representando o papel acessório na geração de rendas, portanto, diferentemente da Agricultura Empresarial, a distribuição dos créditos para as diferentes modalidades deve buscar um reequilíbrio por parte dos gestores. Deve- se perseguir uma diferenciação ainda maior nas taxas de juros, rebates e garantia para os produtores, respondendo as necessidades de ampliar a participação de diferentes culturas e criações em todo o território nacional.

Araújo e Vieira Filho (2018, p. 29), em estudo avaliando o impacto da política de crédito rural sobre a produção agropecuária dentro das regiões brasileiras relatam, "que o setor agrícola, em média, obteve o maior número de contratos, bem como maior volume de financiamento para os Estados da Federação e o Distrito Federal de 2007 a 2016 e os financiamentos rurais foram mais voltados para agricultura."

3.5 Crédito Rural financiado pelo Banco do Nordeste

Estudo realizado por Ehrl e Portugal (2021, p. 46), sobre a distribuição de crédito e crescimento no Nordeste no período de 2010 a 2019, traz uma abordagem sobre a avaliação de financiamento entre os bancos BNDES e BNB no referido período e apontam, que o "BNB fez grande progresso na facilitação do acesso ao crédito por parte de pessoas mais pobres e carentes, por intermédio das linhas de microcrédito Agroamigo, Crediamigo e Pronaf". Os autores ressaltam, que o BNB tem constantemente viabilizado em torno de R$ 4 bilhões em recursos financeiros por ano para o setor rural.

Digitalizado com CamScanner

> O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) apoia o segmento econômico da agricultura familiar, sendo o Banco do Nordeste seu principal agente financeiro no Nordeste, com uma carteira ativa de R$ 10,5 bilhões, correspondente a aproximadamente 2,02 milhões de operações em agosto de 2021 (BNB, 2021, p. 1)

Segundo Vieira Filho e Vieira (2019, p. 24) relatam, que o maior encaminhamento de contratos de financiamento via Pronaf, apontaram para as regiões Norte, Nordeste e Sul representando em torno de 20%, na região Sudeste em média 10% e na região Centro-Oeste com menor percentual de direcionamento do Crédito Rural, mesmo sendo uma região que o "agronegócio" têm potencial, representado por uma "agricultura mais industrial".

Belik (2015, p. 43), destaca que "em face da necessidade de acessar o crédito rural, o produtor familiar normalmente se apresenta em condições de vulnerabilidade perante os bancos."

Os agricultores que conseguem acesso aos recursos financeiros via PRONAF ou outro programa, estão mais propícios de serem contemplados com Assistência Técnica Rural. Pois, o financiamento rural proporciona o aumento do rendimento das propriedades rurais através do custeio e ações tecnológicas (ARAÚJO e VIEIRA FILHO, 2019).

Segundo Brito (2020. p. 54), quanto aos recursos recebidos pelos agricultores do município de Balsas/MA, os dados indicam uma baixa inadimplência, mostrando que as famílias estão, em sua maioria, conseguindo quitar os empréstimos.

Estudo realizado por Santos (2015) no estado do Maranhão com dados entre 1998 e 2012, sobre avaliação das disparidades regionais do crédito via PRONAF, aponta, que o financiamento no que tange a quantidade de contratos e valores financiados, houve predominância nos municípios de Santa Luzia, Buriticupu, Santa Luzia do Paruá, Açailândia e Zé Doca, localizados na mesorregião Oeste do estado, somando 38% dos contratos totais e os municípios de Barra do Corda e Grajaú, somando 2% dos contratos e balsas somando 3%.

Silva (2017, p. 100) avaliando a concentração de recursos financeiros no Pronaf de 2003 a 2015 no estado do Maranhão, enfatiza que, para que o Pronaf alcance o alvo de elevar o rendimento dos produtores familiares, gerar renda e reduzir as diferencias sociais " é necessário que os recursos sejam distribuídos de

Digitalizado com CamScanner

forma equitativa para os diferentes estados brasileiros, mas isso ainda não acontece". Nesse período, o quantitativo de contratos e recursos financiados, predominou no médio Mearim e território dos Cocais.

3.6 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Pesquisas apontam, que nos meados de 1990, as políticas públicas que envolvesse a esfera Nacional, visando assistir os agricultores familiares, não existia, pois havia uma enorme dificuldade para atender as necessidades deste segmento (MATTEI, 2005).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), surge em 1995 com o objetivo de fortalecer as atividades desenvolvidas pelos produtores familiares, visando melhorar a qualidade de vida dos mesmos com a intenção de aumentar a produção e produtos, renda e agregação de valor aos produtos, bem como levar para as propriedades uma modernização do sistema produtivo, qualificações aos produtores familiares sobre as linhas de créditos rurais compatíveis com a realidade rural (CONAB, 2021, p. 8).

Segundo Guanziroli (2007, p. 14) relata que após a criação do PRONAF diminuiu as dificuldades que outrora havia no setor rural para os agricultores, pois o Programa passaria a ser um meio de financiamento de recursos, que seria planejado com intuito de custear e investir na produção.

Estudos realizados por Araújo e Vieira Filho (2018, p. 40) em relação aos impactos do Pronaf na Agricultura e Pecuária nos estados Brasileiros no período de 2007 a 2016, relatam, que apesar do Programa fornecer investimentos para o crescimento do setor rural no Brasil, merece uma atenção quanto aos objetivos que consta na lei para reduzir a pobreza e geração de renda satisfatória aos agricultores, pois há uma necessidade de adequação das leis que regem o programa.

Castro, Resende e Pires (2014, p. 15), avaliando os impactos regionais do PRONAF concluíram que "houve impactos diferenciados pelo território. Nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul exibiram impactos positivos do PRONAF sobre o crescimento do PIB per capita e agropecuária Municipal, nas demais, ausência dos impactos do Pronaf."

Segundo Pires (2013, p. 46), "os recursos do PRONAF para investimento e custeio para o Nordeste são marginais, comparado com as outras regiões

Digitalizado com CamScanner

brasileiras." Aponta, que é um fator limitante o acesso desses agricultores para obter melhorias no que diz respeito às mudanças nas áreas biológicas, tecnológicas e física - química em relação aos que são assistidas no setor rural nacionalmente. Ele ainda ressalta que não é apenas o fato de receber o recurso de crédito que fará mudanças nos estabelecimentos rurais dos Pronafianos do grupo B, vai muito além de política de crédito para uma transformação da realidade dos mesmos, aponta que esse grupo ainda estão à mercê da sociedade e da economia nacional.

Segundo Fossá et al. (2020, p. 240), estudando a distribuição do PRONAF entre agricultores familiares do Estado de Santa Catarina, relatam, que "é um perfil de produção na agricultura familiar fortemente inserido nas cadeias produtivas do agronegócio." Isso pelo fato do trabalho ser intenso, as propriedades terem mais eficiência no rendimento e, pelo fato dos insumos, produtos químicos e alimentos para os animais, serem advindos de fontes externas. Para os autores, estudar sobre o Pronaf é relevante para entender como está funcionando a agricultura familiar em relação às políticas públicas.

3.7 Linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O plano safra referente a 2021/2022, vem com mudanças em relação ao limite de financiamento via Pronaf com o intuito de fomentar o acesso ao crédito para a agricultura familiar, a exemplo, o limite de crédito do grupo do PRONAF A que outrora era de R$ 25.000,00 passa para R$ 30.000,00 e, no grupo dos Pronafianos B, subiu para R$ 6.000,00, como demonstrado no Quadro 1. Também se observa um novo grupo, que abrange investimentos para a Bioeconomia, voltado para sistemas agroflorestais, produção de insumos e turismo rural.

Quadro 1 - Linhas e Limites de Créditos Pronaf - Plano Safra 2021/2022.

Linhas de Crédito	Limite de Crédito	Público-alvo
PRONAF A	Até R$ 30.000,00 por agricultor. Esse valor poderá ser elevado para R$ 31.500,00 quando contemplar verba para assistência técnica.	Agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), beneficiários do programa cadastro de terras e regularização fundiária (PCRF) ou beneficiários dos Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).
PRONAF A/C	Até R$ 9.000,00 por operação, podendo cada agricultor, contratar até 3 operações.	Agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários do Programa Nacional de

Digitalizado com CamScanner

		Crédito Fundiário (PNCF).
PRONAF B/ PLANO SAFRA SEMIÁRIDO	R$ 6.000,00 por operação elaborada pela metodologia do Agroamigo (PNMPO). R$ 3.000,00, quando elaborada sem a metodologia Agroamigo.	Agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R$ 23.000,00 para apoiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas por pescadores artesanais, apicultores, artesãos, criadores de animais e fruticultores, dentre outros. Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupo A, AC e B do Pronaf
PRONAF MULHER	Individual: Máximo de R$400.000,00 por mutuário a cada ano agrícola, quando destinado às atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura e fruticultura. Máximo de R$200.000,00 por mutuário a cada ano agrícola, para os demais empreendimentos e finalidades.	Mulheres agricultoras, independente do estado civil, integrantes de unidades familiares enquadradas no grupo V (Renda Variável) que exploram atividades agropecuárias e não agropecuárias (pescadores artesanais, apicultores, artesãos, criadores de animais e fruticultores, dentre outros). Obs.: As mulheres integrantes dos demais grupos serão atendidas no grupo B.
PRONAF AGROINDÚSTRIA	Pessoa física: R$ 200.000,00 Empreendimento familiar rural. R$ 400.000,00 Coop./Assoc.: R$ 35.000.000,00	Agricultores familiares enquadrados no grupo A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável) e suas cooperativas, associações e Empreendimentos familiares rurais.
PRONAF AGROECOLOGIA	Máximo de R$ 400.000,00 por mutuário a cada ano agrícola, quando destinado às atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura e fruticultura. Máximo de R$ 200.000,00 por mutuário a cada ano agrícola, para os demais empreendimentos e finalidades.	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e grupo V (Renda variável).
PRONAF JOVEM	Até R$ 20.000,00, em até 3 operações.	Jovens agricultores familiares maiores de 16anos e com até 29anos, pertencentes a famílias enquadradas nos grupos A, A/C, B e grupo V(Renda Variável) que atendam as condições previstas no MCR 10-10.
PRONAF MAIS ALIMENTO	Individual: Máximo de R$ 400.000,00 por mutuário, quando destinado às atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura e fruticultura; Máximo de R$ 200.000,00 por mutuário, para os demais empreendimentos e finalidades; Até R$ 60.000,00 para construção ou reforma de moradias no imóvel rural. Coletivo: Admite-se o financiamento de construção, reforma ou ampliações permanentes, máquinas, equipamentos, inclusive de	Agricultores familiares, Produtores Rurais, pescadores artesanais, aquicultores, silvicultores, extrativistas, integrantes de Comunidades Quilombolas rurais, povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, enquadrados no grupo V(Renda Variável) que desenvolvem atividades agropecuárias e não agropecuárias.

Digitalizado com CamScanner

	irrigação e implementos agropecuários e estruturas de armazenagem, de uso comum, na forma de crédito coletivo, desde que observado o limite individual por beneficiário que a soma dos valores das operações individuais e da participação do beneficiário na operação coletiva não ultrapasse o limite de até R$ 400.000,00 para atividades de suinocultura e avicultura, aquicultura, carcinicultura e fruticultura por beneficiário e por ano agrícola, ou até de R$ 200.000,00 para os demais Empreendimentos e finalidades.	
PRONAF BIOECONOMIA	Todas as finalidades: máximo de R$ 200.000,00 por mutuário a cada ano agrícola	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e grupo V (Renda variável).
PRONAF FLORESTA	Agricultores do Grupo V (Renda Variável): quando a operação se destinar a sistemas agroflorestais até R$ 60.000,00. Até R$ 33.000,00 para os demais casos. Agricultores do grupo A, A/C e B: Até R$ 18.000,00	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B, grupo V (Renda Variável).
PRONAF INDUSTRIALIZAÇÃO PARA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR	Pessoa física: até R$ 45.000,00 Empreendimento familiar rural: até R$ 210.000,00. Cooperativa singular: até 15milhões (observar o limite individual por associado de R$ 12.000,00) Cooperativa central: até 30milhões.	Agricultores familiares enquadrados nos Grupos A, A/C, Be Grupo V (Renda Variável) e suas cooperativas, associações e Empreendimentos familiares rurais.
PRONAF SEMIÁRIDO	Até R$ 24.000,00	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e grupo V (Renda Variável).
PRONAF MICROCRÉDITO PRODUTIVO GRUPO A	Até R$ 4.000,00 por ano agrícola. Cada assentado poderá fazer até 3 operações.	Agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com renda bruta anual de até R$ 23.000,00 e que não tenha contraído o financiamento do PRONAF grupo A.
PRONAF PRODUTIVO ORIENTADO	Mínimo de R$ 18.000,00 e máximo de R$ 40.000,00 por operação, por ano agrícola.	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e grupo V (Renda Variável).
PRONAF COMUM (CUSTEIO)	Integrante do grupo B do PRONAF: Até R$ 6.000,00 pela metodologia Agroamigo. Até R$ 3.000,00 quando fora da metodologia. Integrantes do Grupo V do PRONAF: Até R$ 250.000,00	Agricultores familiares enquadrados nos grupos B e grupo V (Renda Variável), voltados para as atividades agropecuárias e não agropecuárias, inclusive desenvolvidas por pescadores artesanais, apicultores, artesãos, criadores de animais e fruticultores, dentre outros.

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de BNB (2021).

Pesquisa realizada por Leite (2014, p. 240) destaca que o Pronaf Mulher trouxe grande relevância para o gênero feminino que exercem atividades rurais por

Digitalizado com CamScanner

parte governamental, mas, ressalta, "essa política não traz com ela as soluções referentes as dimensões sociais e políticas que afetam as mulheres, pelo fato de não existirem mecanismos para as organizações das mesmas e nem propiciar a construção de espaços coletivos".

Estudo realizado por Wahlbrinck (2017, p. 68), em Imigrante/RS, buscou-se analisar quais as contribuições que o crédito rural teve em função do Pronaf para as famílias rurais da região.

> Na visão dos produtores rurais do município, no âmbito de geração de renda e qualidade de vida nas propriedades rurais. Entre os resultados obtidos em torno da estrutura da propriedade e renda das famílias conclui-se que: 41,7% das propriedades foram adquiridas por meio de herança, que demonstra uma forte cultura de sucessão na propriedade. Fato que também pode ser verificado pelo tempo de posse das propriedades serem superior a 10 anos. Todas as propriedades possuem energia elétrica a mais de 10 anos, que possibilita sua mecanização. Além disso, observa-se que 98,3% das propriedades ficam a menos de 10 km da sede do município, facilitando o escoamento da produção. Quanto a situação econômica conclui-se que maioria representada por 33,3% dos respondentes recebem entre R$ 3.000,01 e R$ 4.000,00, a minoria 8,3% declaram receber até R$ 1.000,00, os demais ficam na faixa de R$1.000,00 e acima de R$ 4.000,00.

Passos e Khan (2019, p. 66) analisaram as características pessoais e socioeconômicas dos agricultores do Vale do Médio Curu – CE e ressaltam que:

> Das características analisadas, dos pontos que podem influenciar o acesso ao PRONAF, destacam-se a escolaridade, a disponibilidade de moradia própria e de água na propriedade. Entretanto, quanto maiores a área colhida e a experiência do agricultor, menor é a probabilidade de ingresso no Programa. Por outro lado, o tipo de construção da moradia, o estado civil e se sabe ler e escrever, não exercem qualquer vantagem na seleção como beneficiário.

Digitalizado com CamScanner

4 METODOLOGIA

4.1 O local do estudo

O trabalho foi realizado no estado do Maranhão, localizado no Oeste da Região Nordeste, apresenta uma área de 329.651,495 km^2, ocupando a 12° posição em quantitativo de área do país, tendo uma população estimada em 2021 de 7.153,262 pessoas, das quais, 34,6% residindo na zona rural. O Estado apresenta uma densidade demográfica de 19,81 hab./km^2 e um índice de desenvolvimento Humano (IDH) de 0,639 (IBGE, 2021) (Figura 1).

Figura 1- Representação da localização do estado do Maranhão

Fonte: br.pinterest.com (2021).

Territorialmente é dividido em cinco mesorregiões, 21 microrregiões e 217 municípios. Em 2017 o IBGE apresentou uma nova divisão territorial do país, nessa os 217 municípios foram distribuídos em 22 regiões geográficas imediatas e cinco regiões geográficas intermediárias.

Digitalizado com CamScanner

4.2 Técnicas de coleta, fonte dos dados e variáveis

A pesquisa foi realizada no período de julho a dezembro de 2021 e utilizou dados secundários, obtidos a partir de pesquisas bibliográficas (livros e artigos científicos) e de pesquisas documentais em arquivos públicos e fontes estatísticas (documentos oficiais, relatórios, tabelas estatísticas etc..), tais como: Instituto Maranhense de estudos socioeconômicos e cartográficos (IMESC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco do Nordeste, Banco Central do Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Foram estudadas as variáveis referentes as linhas de crédito do Pronaf financiados pelo BNB, quantidades de contratos, municípios atendidos, levando em consideração o período de 2013 - 2021.

4.3 Métodos de Análise

Utilizou-se no estudo o método quantitativo. O método quantitativo é pautado em mensuração, pois, faz-se necessário a coleta de dados para, posteriormente, quantificar através de modelos estatísticos (DALFAVO et al., 2008).

Foram utilizados os métodos de cunho descritivo e exploratória. O método de análise de cunho descritivo segundo Gil (2006), deve haver à solicitação de informações a um grupo específico de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados para ser considerado uma análise descritiva. No entendimento de Gil (2008, p. 27), o método de cunho exploratória tem como foco principal "desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores". O referido autor aponta que esse método é utilizado quando a temática é pouco estudada, dessa forma há dificuldades para elaborar "hipóteses precisas e operacionalizáveis".

Após a coleta dos dados, fez-se uso do programa Surfer.15 para elaboração dos mapas constando os municípios que se destacaram com aquisição do financiamento, em seguida foram quantificados os contratos e colocados no Microsoft Excel para construção dos gráficos. Foram utilizados mapas, tabelas e

Digitalizado com CamScanner

gráficos, para a melhor interpretação dos resultados, a partir das informações coletadas no referido estudo de forma descritiva e exploratória.

Digitalizado com CamScanner

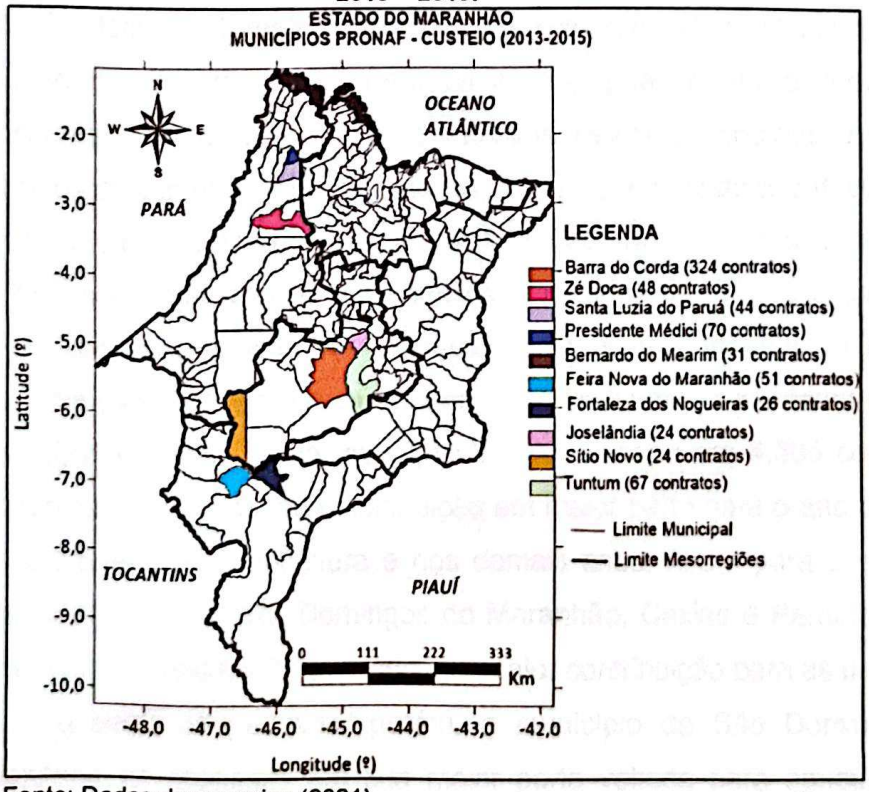
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico será discorrido sobre os municípios que tiveram o maior quantitativo de contratos e as atividades que foram desenvolvidas nos municípios que receberam acesso do crédito rural via Pronaf custeio/Investimento.

5.1 Municipios com maior número de aquisições dos financiamentos via Pronaf Custeio.

Na Figura 2, foram contabilizados os municípios que se sobressaíram durante os anos de 2013-2015 (3 anos), nota-se a presença de 10 municípios em destaque e seus referidos quantitativos de contratos, referente ao período mencionado. Vale destacar, que o município de Barra do Corda foi o único que liderou durante os 3 anos avaliados, dessa forma, seu quantitativo totalizou em 324 contratos, distribuídos em sua maior parte via Pronaf Custeio para a pecuária.

Figura 2- Mapa dos municípios com maior aquisição de contratos via Pronaf custeio 2013 – 2015.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Digitalizado com CamScanner

Os municípios de Tuntum e Presidente Médici se sobressaíram nos anos de (2013 - 2014), tendo sua maior contribuição para custear as despesas no ano de 2013, voltadas para o setor da pecuária e agricultura, respectivamente, no período de 2014, ambos custearam suas despesas em maior parte voltados para agricultura. Feira Nova do Maranhão se sobressaiu durante dois anos consecutivos (2014 – 2015). Os municípios de Zé Doca e Santa Luzia do Paruá se sobressaíram em 2013, sendo os financiamentos voltados para o setor da agricultura e pecuária, respectivamente. O município de Bernardo do Mearim se sobressaiu no ano de 2014, seu maior recurso financeiro foi voltado para custear o setor da agricultura. Os municípios de Fortaleza dos Nogueiras, Joselândia e Sítio Novo se sobressaíram no período de 2015, os recursos financeiros dos referidos municípios, foram distribuídos em sua maior parte para o setor da pecuária.

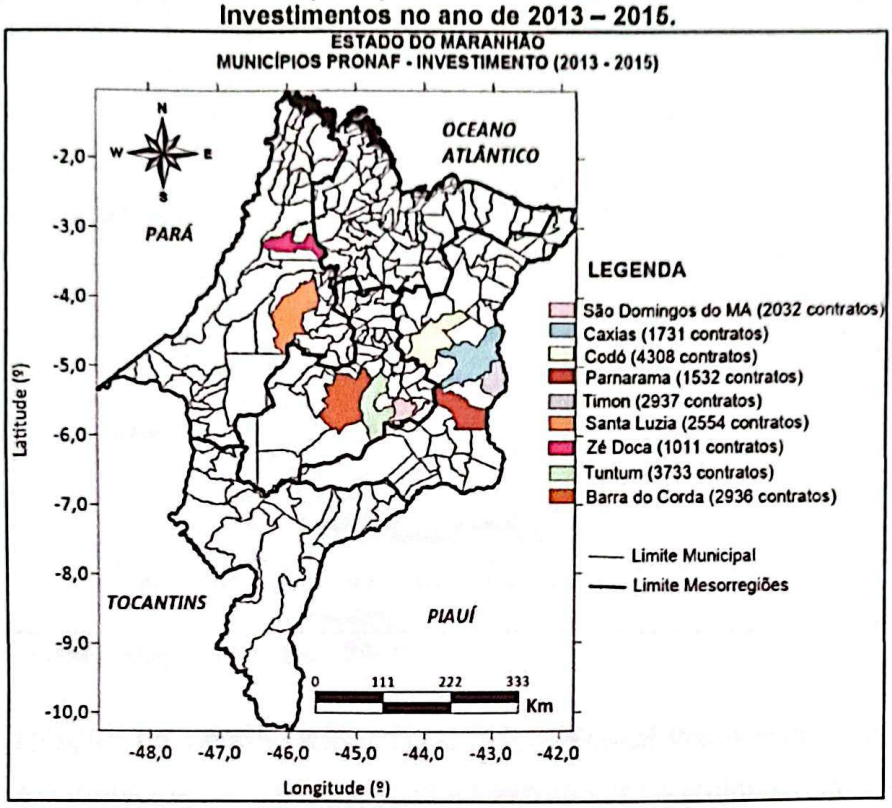
É de grande relevância a viabilização de acesso aos recursos financeiros para os municípios, pois a agricultura familiar vem contribuindo com a produção de alimentos no Estado. Os agricultores familiares precisam de subsídios para prosseguir com atividades do setor agropecuário, bem como assistência técnica. Silva (2017, p. 100), avaliando a concentração de recursos financeiros no Pronaf de 2003 a 2015 no estado do Maranhão, enfatiza que, para que o Pronaf alcance o alvo de elevar o rendimento dos produtores familiares, gerar renda e reduzir as diferencias sociais "é necessário que os recursos sejam distribuídos de forma equitativa para os diferentes Estados brasileiros, mas isso ainda não acontece."

A Figura 3 refere-se aos municípios que se sobressaíram durante os anos de 2013-2015 (3 anos), via Pronaf Investimento. Percebe-se a presença de 9 municípios em destaque e seus referidos quantitativos de contratos do período mencionado. Vale salientar que o município de Codó foi o único que liderou durante os 3 anos avaliados, dessa forma, seu quantitativo totalizou em 4.308 contratos, dentre os recursos financiados, sua distribuição em maior parte para o ano de 2013 foi voltado para o setor da agricultura e nos demais anos, foram para o setor da pecuária. Os municípios de São Domingos do Maranhão, Caxias e Parnarama, se destacaram apenas no ano de 2013, tendo sua maior contribuição para as despesas voltadas para o setor da pecuária, porém, o município de São Domingos do Maranhão custeou as despesas em sua maior parte voltada para agricultura. O município de Tuntum se destacou nos anos 2013-2014, tendo seu maior quantitativo de contratos, voltados para o setor da pecuária. Os municípios de Timon, Barra do

Digitalizado com CamScanner

Corda e Santa Luzia se sobressaíram nos anos (2014-2015) com quantitativos de contratos voltados para o setor da pecuária.

Figura 3 – Mapa dos municípios que se destacaram com acesso ao crédito via Pronaf Investimentos no ano de 2013 – 2015.

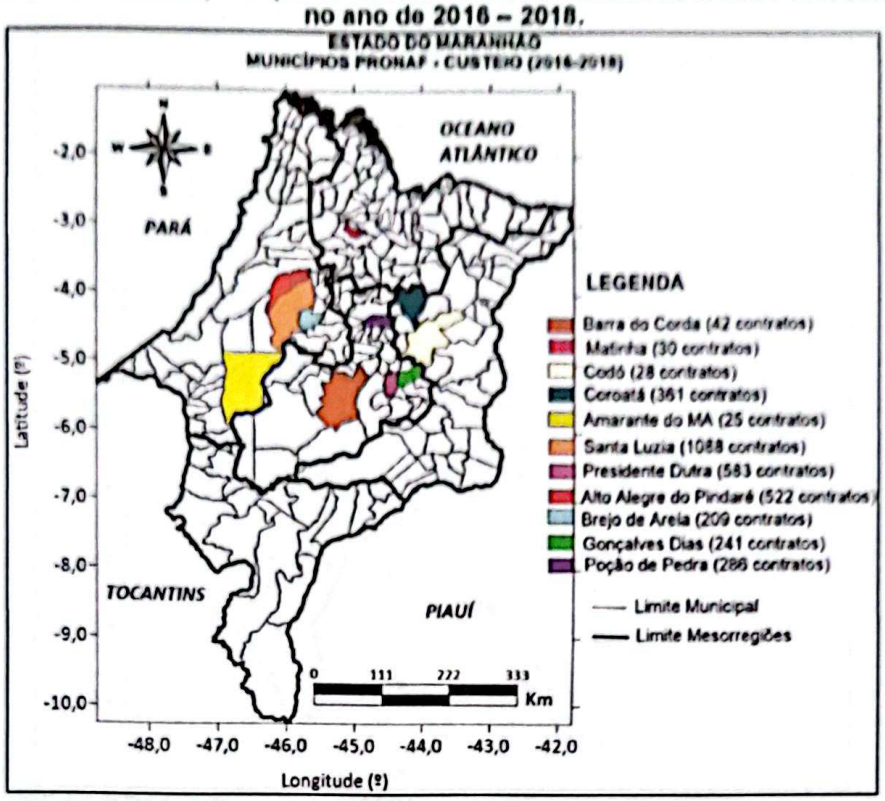


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A Figura 4, representa o quantitativo de municípios que se sobressaíram no financiamento via Pronaf Custeio nos anos 2016–2018, nos quais o município de Santa Luzia foi o que mais apresentou quantitativo de contratos. Os municípios de Barra do Corda, Matinha, Codó e Amarante do Maranhão se destacaram apenas no ano (2016). O município de Coroatá se sobressaiu nos anos (2016 e 2018). Os municípios de Brejo de Areia e Gonçalves Dias, teve destaque apenas no ano (2017). Os municípios de Presidente Dutra e Alto Alegre do Pindaré, se sobressaíram no ano 2017-2018 e o município de Poção de Pedras, se destacou apenas no ano de 2018. Todos os referidos municípios no que diz respeito a distribuição do financiamento, apresentaram sua maior contribuição para custear o setor da pecuária.

Digitalizado com CamScanner

Figura 4– Mapa dos municípios que se destacaram com acesso ao crédito via Pronaf Custeio no ano de 2016 – 2018.



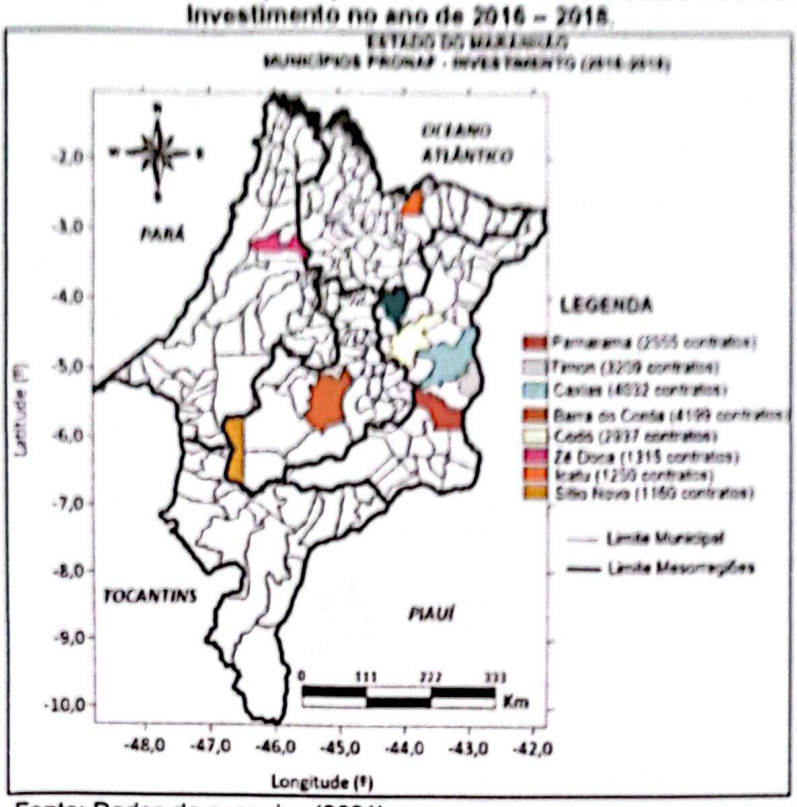
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação ao período de 2016-2018 via Pronaf Investimento, a Figura 5, aponta para o município de Barra do Corda liderando em quantitativo de contratos, o mesmo se destacou durante os 3 anos avaliado. O município de Caxias também se sobressaiu nos anos 2016-2018, totalizando 4.032 contratos. Os municípios de Parnarama, Timon e Codó, se destacaram no ano (2016-2017). Os municípios de Zé Doca, Icatu e Sítio Novo, se sobressaíram nos anos (2018), os contratos foram distribuídos em sua maior parte para o setor da pecuária, exceto no município de Icatu, pois a maior contribuição de contratos foram voltados para agricultura.

Durante o período de 2019 a 2021, referente a Figura 6, os municípios de Alto Alegre do Pindaré, Santa Luzia e Satubinha, se destacaram durante os três anos em questão. Os municípios de Tuntum e Brejo de Areia, se destacaram no ano de 2020. Os municípios de Codó e Presidente Dutra se sobressaíram nos anos de 2019 e 2021. Os contratos dos referidos municípios em sua maior parte, foram voltados para o setor da pecuária.

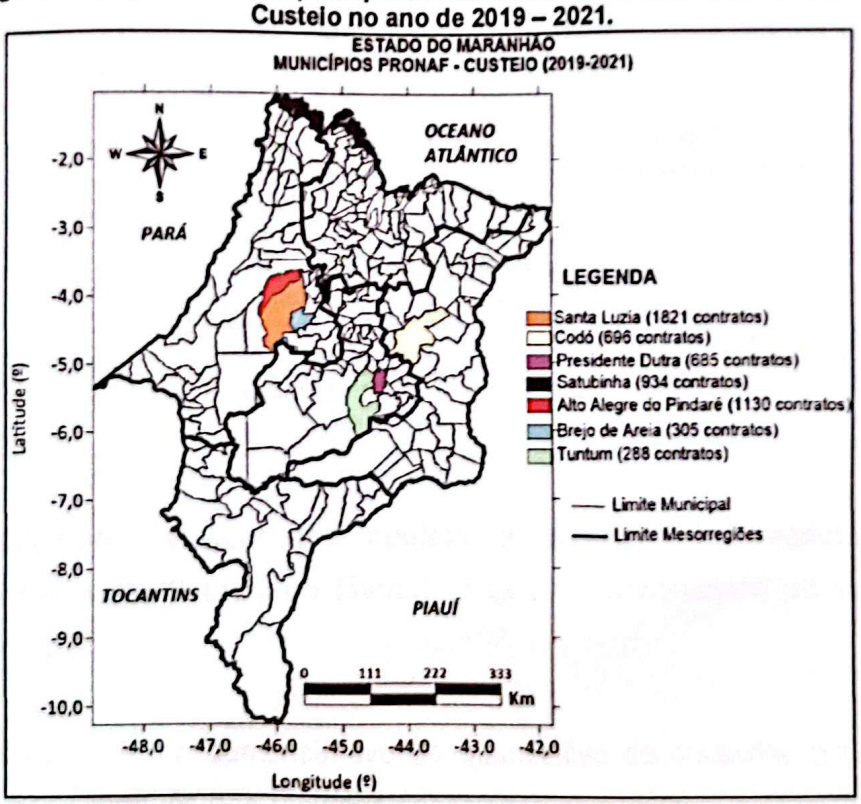
Digitalizado com CamScanner

Figura 5– Mapa dos municípios que se destacaram com acesso ao crédito via Pronaf Investimento no ano de 2016 – 2018.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Figura 6– Mapa dos municípios que se destacaram com acesso ao crédito via Pronaf Custeio no ano de 2019 – 2021.

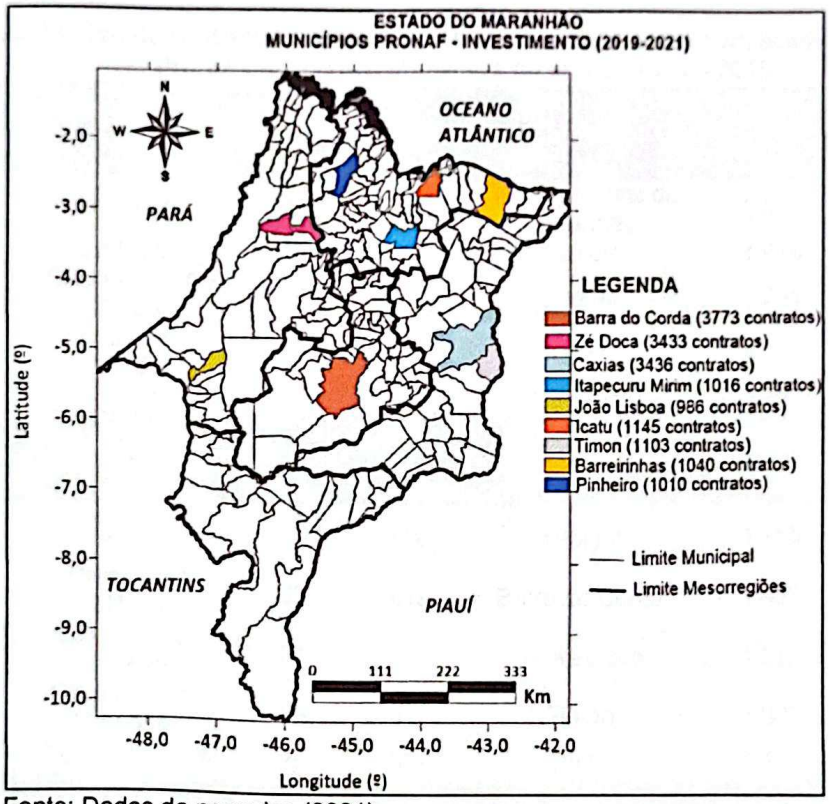


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Digitalizado com CamScanner

Em relação ao período de 2019-2021, referente a Figura 7, os municípios de Barra do Corda, Caxias e Zé Doca se destacaram durante os 3 anos avaliados, Os municípios de Itapecuru Mirim e João Lisboa, aparece apenas no ano de 2019. Os municípios de Icatu e Timon se destacaram no ano de 2020 e os municípios de Barreirinhas e Pinheiro, se sobressaíram no ano de 2021. Os investimentos em sua maior parte foram voltados pra o setor da pecuária, exceto no município de Icatu, os investimentos em sua maioria foram para agricultura.

Figura 7– Mapa dos municípios que se destacaram com acesso ao crédito via Pronaf Investimento no ano de 2019 – 2021.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

5.2 Quantitativo de contratos custeio e investimento financiados nos municípios do Estado do Maranhão que se destacaram no período de 2013 – 2021.

A Tabela 1 é um demonstrativo do quantitativo de contratos por município durante 3 anos, através dos recursos financiados para custeio e investimentos, os

Digitalizado com CamScanner

referidos municípios puderam desenvolver as atividades na área da agricultura com a produção de mandioca nos municípios de Zé Doca, Presidente Médici, Sítio Novo, e Bernardo do Mearim com a produção de mandioca e arroz. Em relação a pecuária, os municípios de Barra do Corda, Santa Luzia do Paruá, Tuntum, Feira Nova do Maranhão, Fortaleza dos Nogueiras e Joselândia, foram custeadas em sua grande maioria para as atividades relacionadas com a bovinocultura, suinocultura, pastagem, psicultura, vacinas, sais minerais e medicamentos, entre outras. Foram apenas identificados as culturas e atividades relacionadas com a pecuária, não se teve acesso ao quantitativo de produção dentro do referido período estudado.

Tabela 1 – Quantitativo de contratos por municípios que se destacaram com acesso ao crédito via Pronaf Custeio/Investimentos no ano de 2013 – 2015.

Ordem	PRONAF CUSTEIO 2013	Nº de contratos	%	PRONAF INVESTIMENTO 2013	N º de contratos	%
1.	Barra do Corda	264	22%	São Domingos do Maranhão	2.032	3%
2.	Zé Doca	48	4%	Tuntum	1.978	2%
3.	Santa Luzia do Paruá	44	4%	Caxias	1.731	2%
4.	Presidente Médici	37	3%	Codó	1.538	2%
5.	Tuntum	34	3%	Parnarama	1.532	2%
Ordem	**PRONAF CUSTEIO 2014**	**Nº de contratos**	**%**	**PRONAF INVESTIMENTO 2014**	**N º de contratos**	**%**
1.	Tuntum	33	4%	Tuntum	1.755	2%
2.	Presidente Médici	33	4%	Barra do Corda	1.429	2%
3.	Bernardo do Mearim	31	4%	Santa Luzia	1.233	2%
4.	Feira Nova do Maranhão	26	3%	Timon	1.333	2%
5.	Barra do Corda	25	3%	Codó	1.219	2%
Ordem	**PRONAF CUSTEIO 2015**	**Nº de contratos**	**%**	**PRONAF INVESTIMENTO 2015**	**N º de contratos**	**%**
1.	Barra do Corda	35	6%	Timon	1.704	3%
2.	Fortaleza dos Nogueiras	26	4%	Codó	1.551	2%
3.	Feira Nova do Maranhão	25	4%	Barra do Corda	1.507	2%
4.	Joselândia	24	4%	Santa Luzia	1.221	2%
5.	Sítio Novo	24	4%	Zé Doca	1.011	1%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Digitalizado com CamScanner

Tabela 2, referente ao período (2016-2018), dentre o quantitativo de contratos, os municípios desenvolveram suas atividades de custeio e investimentos voltados para pecuária, exceto em Icatu. As atividades desenvolvidas foram, a bovinocultura, suinocultura, avicultura, caprinocultura, apicultura, equinocultura, granjas avícolas, pastagem. Os insumos adquiridos foram, vacinas, sais minerais e medicamentos, rações etc.. Os municípios foram assistidos por Assistência Técnica, assessoria, consultoria e elaboração de projetos, os investimentos também foram para reformas de máquinas, aparelhos, equipamentos e veículos, entre outras. No município de Icatu foram investidos na produção da mandioca.

Tabela 2 – Quantitativo de contratos por municípios que se destacaram com acesso ao crédito via Pronaf Custeio/Investimentos no ano de 2016 – 2018.

Ordem	PRONAF CUSTEIO 2016	Nº de contratos	%	PRONAF INVESTIMENTO 2016	N º de contratos	%
1.	Barra do Corda	42	6%	Parnarama	1.356	2%
2.	Matinha	30	4%	Timon	1.516	2%
3.	Codó	28	4%	Codó	1.417	2%
4.	Coroatá	26	4%	Caxias	1.411	2%
5.	Amarante do Maranhão	25	3%	Barra do Corda	1.274	2%
Ordem	**PRONAF CUSTEIO 2017**	**Nº de contratos**	**%**	**PRONAF INVESTIMENTO 2017**	**N º de contratos**	**%**
1.	Santa Luzia	541	10%	Timon	1.693	2%
2.	Presidente Dutra	261	5%	Codó	1.520	2%
3.	Alto Alegre do Pindaré	254	4%	Caxias	1.490	2%
4.	Brejo de Areia	209	4%	Barra do Corda	1.302	2%
5.	Gonçalves Dias	241	4%	Parnarama	1.199	2%
Ordem	**PRONAF CUSTEIO 2018**	**Nº de contratos**	**%**	**PRONAF INVESTIMENTO 2018**	**N º de contratos**	**%**
1.	Santa Luzia	547	6%	Barra do Corda	1.623	2%
2.	Coroatá	335	4%	Zé Doca	1.315	2%
3.	Presidente Dutra	322	4%	Icatu	1.250	2%
4.	Poção de Pedras	286	3%	Sítio Novo	1.160	2%
5.	Alto Alegre do Pindaré	268	3%	Caxias	1.131	1%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Digitalizado com CamScanner

Na Tabela 3, referente ao período de 2019-2021, dentre o quantitativo de contratos, foram desenvolvidas as mesmas atividades dos anos anteriores referente a pecuária.

Percebe-se diante dos resultados que há uma predominância para o setor da pecuária nos referidos municípios, o que nos remete ao entendimento de Bianchini (2015, p. 95) ao avaliar os 20 anos do Pronaf, no qual ele afirma que no Nordeste "predominam os contratos de investimento (95%) em relação aos contratos de custeio. Entre os contratos de investimento predominam os de pecuária, 89% em relação ao total". Atualmente essa afirmação ainda é válida no caso do Maranhão.

Tabela 3 – Quantitativo de contratos por municípios que se destacaram com acesso ao crédito via Pronaf Custeio/Investimentos no ano de 2019 –2021.

Ordem	PRONAF CUSTEIO 2019	Nº de contratos	%	PRONAF INVESTIMENTO 2019	N º de contratos	%
1.	Santa Luzia	538	6%	Barra do Corda	1.239	2%
2.	Codó	371	4%	Zé Doca	1.156	2%
3.	Presidente Dutra	337	4%	Caxias	1.047	2%
4.	Satubinha	290	3%	Itapecuru Mirim	1.016	2%
5.	Alto Alegre do Pindaré	280	3%	João Lisboa	986	1%
Ordem	**PRONAF CUSTEIO 2020**	**Nº de contratos**	**%**	**PRONAF INVESTIMENTO 2020**	**N º de contratos**	**%**
1.	Santa Luzia	710	6%	Barra do Corda	1.333	2%
2.	Alto Alegre do Pindaré	516	5%	Caxias	1.269	2%
3.	Satubinha	328	3%	Zé Doca	1.161	2%
4.	Brejo de Areia	305	3%	Icatu	1.145	2%
5.	Tuntum	288	2%	Timon	1.103	1%
Ordem	**PRONAF CUSTEIO 2021**	**Nº de contratos**	**%**	**PRONAF INVESTIMENTO 2021**	**N º de contratos**	**%**
1.	Santa Luzia	573	6%	Barra do Corda	1.201	2%
2.	Presidente Dutra	348	3%	Caxias	1.120	2%
3.	Alto Alegre do Pindaré	334	3%	Zé Doca	1.116	2%
4.	Codó	325	3%	Barreirinhas	1.040	2%
5.	Satubinha	316	3%	Pinheiro	1.010	2%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

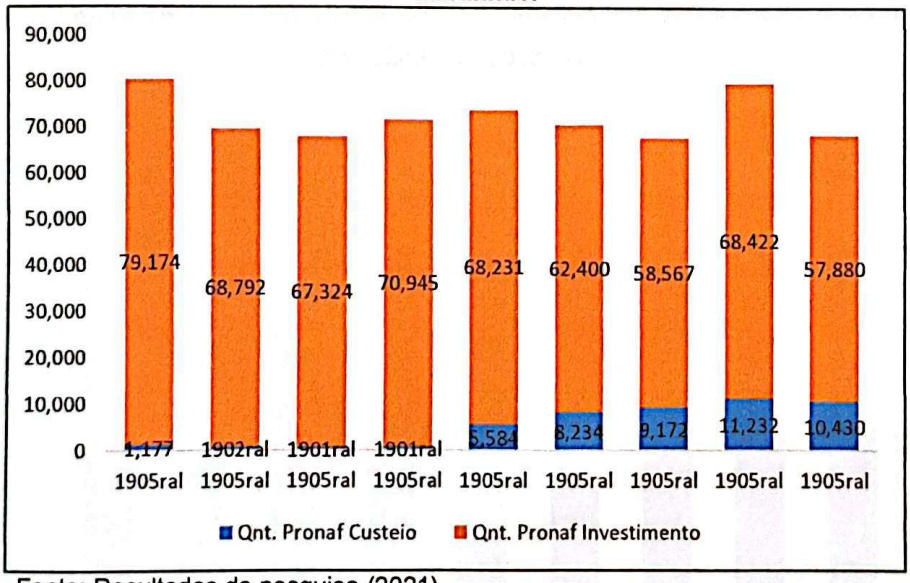
A Figura 8 aponta o quantitativo geral referente aos anos de 2013 a 2021 da aquisição do crédito via Pronaf nos 217 Municípios no estado do Maranhão,

Digitalizado com CamScanner

percebe-se que em 2013 o quantitativo de financiamento foi de 79.174 contratos via Pronaf Investimento, representando o maior valor e 1.177 Pronaf Custeio. Em 2015 foram financiados 599 contratos via Pronaf Custeio, período no qual representa o menor quantitativo de acesso ao financiamento.

Bianchini (2015, p. 96), relata em avaliação dos 20 anos do PRONAF, que "atualmente o crédito de custeio inexiste no Nordeste". Aponta, que há uma enorme dificuldade para serem desenvolvidas as atividades no período agrícola, a falta da "operação de custeio agrícola não permite que o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) faça a cobertura das operações de investimento, o que reduz a possibilidade de acesso aos agricultores ao PRONAF Investimento". A partir desse entendimento, podemos supor a possível causa do baixo quantitativo de contratos custeio para o estudo que foi realizado, supõe que há uma facilidade para conseguir financiamento Pronaf Investimento e uma dificuldade para conseguir financiamento Pronaf Custeio por parte dos órgãos competentes.

Figura 8 – Total de contratos para acesso ao crédito via Pronaf de 2013 a 2021 no estado do Maranhão.



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

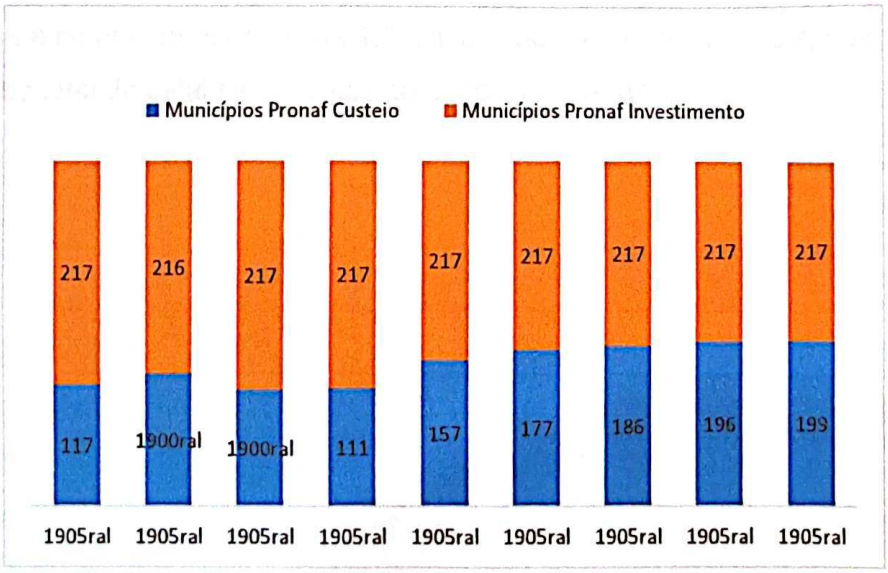
No tocante à análise de 2013 a 2021 notou-se, que o acesso ao Crédito Rural ainda precisa ser alcançado em muitos municípios do Estado do Maranhão. Não se tem conhecimento para discutir das possíveis causas que existem sem financiamento dentre os municípios, porém, vale destacar que pesquisas precisam ser levantadas para poder encontrar soluções e viabilizar o acesso do crédito rural

Digitalizado com CamScanner

para a agricultura familiar no Maranhão. Os autores Fossá et al. (2020), fundamenta-se na linha de importância sobre o estudo do Pronaf e reafirmam que estudar o Programa é relevante para entender como está funcionando a agricultura familiar em relação às políticas públicas. Pois só assim, obterão respostas a fim de sanar os questionamentos que nortearão os objetivos da pesquisa.

A Figura 9 mostra que no ano de 2013, 117 municípios foram beneficiados pelo crédito rural para Pronaf Custeio, ficando 100 municípios sem acesso. No período de 2014, 133 municípios receberam financiamento e 84 municípios ficaram sem acesso. No ano de 2015 foram 109 municípios contemplados e 108 municípios não aderiram ao financiamento. No período de 2013 até 2016, haviam muitos municípios que não aderiram ao financiamento via Pronaf custeio e no ano de 2014 não houve financiamento Pronaf investimento apenas em um município, São João Batista, porém os financiamentos no referido município foram voltados para Custeio na área da agricultura. Em relação ao ano de 2016 quantificou-se em 111 municípios com acesso ao financiamento e 108 municípios não receberam.

Figura 9 – Total de municípios que receberam acesso ao crédito Pronaf custeio/ Investimento (2013 - 2021).



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Percebe-se que nos anos de 2013 até 2016, o índice de municípios sem acesso ao crédito foi grande em relação ao financiamento via Pronaf Custeio, praticamente são os mesmos municípios com maior predominância, comparando com o que foi estudado por Santos (2015), que avaliou as disparidades regionais do

Digitalizado com CamScanner

crédito via PRONAF entre 1998 a 2012, aponta, que o financiamento no que tange a quantidade de contratos e valores financiados, houve predominância nos municípios de Santa Luzia, Buriticupu, Santa Luzia do Paruá, Açailândia e Zé Doca. Vale destacar como diferença do atual estudo realizado, que os municípios Buriticupu e Açailândia não se sobressaíram durante o período de 2013 a 2016, porém, não se tem informações para discutir tais motivos que levaram a esse baixo quantitativo. A partir do ano de 2017 houve um aumento no quantitativo de municípios com acesso ao financiamento Pronaf Custeio, passando de 157 municípios para 199 municípios, até o presente estudo. Dentre os municípios com menor índice de aquisições de contratos via custeio, destaca-se o município de Boa Vista do Gurupi, pois a representação de contratos até 2017 não existia, passando a fazer parte a partir de 2018, porém ainda com baixa participação.

Pesquisas precisam ser levantadas, para discernir quais grupos o referido município se enquadra e assim buscar meios de solucionar essas questões. Para Castro e Freitas (2017), analisar a agricultura familiar no Nordeste não é algo fácil, tendo em vista que é ampla no sentido da criação de animais e agricultura, pois são diversificados de acordo com cada local, bem como a maneira que cada agricultor desenvolve suas atividades. Apontam, que "o universo da Agricultura Familiar nordestina é composto por mais de 1,8 milhões de estabelecimentos e, equivalentes a 36,2% do total de estabelecimentos agropecuários do Brasil."

Digitalizado com CamScanner

6 CONCLUSÃO

Os agricultores que receberam financiamentos para custeio e investimento desenvolveram as atividades agrícolas de produção de mandioca, arroz, milho, cana-de-açúcar, pimenta, banana e hortaliça. No setor da pecuária foram custeados e investidos na bovinocultura, pastagem, vacinas, medicamentos, sais minerais, suínos, ovinos, peixes, avicultura, granjas de suínos, equinos, caprinos, asininos, prestação de assessoria técnica e empresarial, consultoria e elaboração de projetos e treinamentos, aquisição de máquinas, equipamentos para extração/fabricação, armazém, depósito, silo, galpão, paiol, estufa e instalações, sistema de captação, retenção e aproveitamento de água, entre outros. O total de municípios que se sobressaíram de 2013 – 2021, com acesso ao financiamento Pronaf Custeio/Investimento, foram 30 municípios.

O acesso ao crédito rural precisa ser melhorado. Analisando o quantitativo geral referente aos anos de 2013 a 2021, percebe-se que até 2016 foram poucas contratações via Pronaf Custeio. Em relação ao financiamento via Pronaf investimento dentre o período estudado, apenas no ano de 2014, um município ficou sem acesso ao crédito, São João Batista.

Dentre os municípios com menor índice de aquisições de contratos via custeio, destaca-se o município de Boa Vista do Gurupi, pois a representação de contratos não existia até 2017.

Diante do estudo, foi verificado que entre os municípios que mais se destacaram no que tange aos financiamentos custeio e investimento, em sua maioria foram voltados para pecuária.

Vale ressaltar, que a agricultura familiar não necessita apenas de recursos financeiros, deve haver um acompanhamento de Assistência Técnica e Extensão Rural para que o processo de desenvolvimento rural tenha êxodo. Muitos agricultores têm pouco ou nenhum conhecimento sobre comercialização, bem como agregação de valor a seus produtos, entre outros assuntos pertinentes a produção rural. O que comprova que toda atividade rural precisa ser acompanhada por técnicos qualificados e não apenas de linhas de crédito.

Destaco em linhas gerais, que as pesquisas sobre a temática precisam perdurar, pois, há uma necessidade de obtermos conhecimento sobre a viabilização do acesso ao crédito rural, bem como, as contribuições do referido financiamento

Digitalizado com CamScanner

para a Agricultura Familiar no Estado do Maranhão. Dessa forma, conseguiremos obter um Banco de dados, que sirva de suporte para o setor rural, no que diz respeito ao PRONAF. Após detectar os pontos positivos e negativos do financiamento via PRONAF, será possível levar as devidas providências para a classe rural, seja através da comunidade acadêmica, órgãos públicos ou privados, entidades, ONGs, cooperativas e afins, com intuito de levar desenvolvimento para os municípios do Estado do Maranhão em relação a agricultura familiar.

Digitalizado com CamScanner

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar.** Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em: http://www.enfoc.org.br/web/arquivos/documento/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar-iara-altafin-2007.pdf. Acesso em: 12 dez. 2021.

ARAUJO, J. A. de.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Análise dos impactos do Pronaf na agricultura do Brasil no período de 2007 a 2016**. Brasília: IPEA, 2018.

ARAUJO, J. A. de. Crédito Rural: Plano Safra e o Pronaf. In: VIEIRA FILHO, J.E.R.(Org.). **Diagnóstico e desafios da agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. p.161 – 188.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei Complementar Nº 93, de 4 de fevereiro de 1998.** Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências. 1998.Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1998/leicomplementar-93-4-fevereiro-1998-363611-normaatualizada-pl.html> Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Casa Civil. **Lei Nº 12.188, De 11 De Janeiro De 2010.** Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Matriz de dados do Crédito Rural- Crédito Concedido.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural > acesso em: 20 Nov. 2021.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Quantidade e Valor dos Contratos por Região, UF, Segmento e IF.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reportmicrrural?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcRegiaoUFSegmentoIF.rdl> acesso em: 20 Nov. 2021.

BNB – Banco do Nordeste do Brasil. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** Disponível em: <https://www.bnb.gov.br> Acesso em: 26 nov. 2021.

BELIK, W. **O financiamento da Agropecuária Brasileira no período recente**. Brasília: IPEA, 2015.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995 – 2015:** avanços e desafios. Brasília: SAF/MDA, 2015.115 p.

BRITO, M. S. Políticas Públicas para Agricultura Familiar: análise nas comunidades rurais de Balsas - Ma. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 56, 2020.

Digitalizado com CamScanner

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Boletim da Agricultura Familiar/Companhia Nacional de Abastecimento.** V. 1, n.1 (2021-). Brasília: Conab, 2021.

CASTRO, N. C.; FREITAS, E. R. **O Pronaf no Nordeste: Análise a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017**. Brasília: IPEA, 2017

CASTRO, N.C.; RESENDE, M. G.; PIRES, S.J.M. **Avaliação dos impactos regionais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** Brasília: IPEA, 2014.

CNA – Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil. **Guia do Crédito Rural.** Disponível em: https:cnabrasil.org.br/creditorural. Acesso em: 26 nov. 2021.

DALFAVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, 2008.

DELGADO, G.C.; BERGAMASCO, S.M.P.P.(orgs.) **Agricultura Familiar Brasileira**: desafios e perspectiva de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

EHRL, P.; PORTUGAL, R. **Distribuição de crédito e crescimento no Nordeste**: uma comparação entre o BNDES e BNB 2010-2019. Brasília: IPEA, 2021.

FOSSÁ, L. J. et al.. Acesso e distribuição do Pronaf entre agricultores Familiares no Estado de Santa Catarina. **Desenvolvimento em questão,** ano-18, n,53. Out/dez 2020. p. 222-244.

GUANZIROLI, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectiva para o desenvolvimento rural. **Revista de economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

GUASQUE, J. G.et al. Produtividade total dos fatores e transformações da agricultura brasileira. In: GUASQUE, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (org.). **A Agricultura brasileira**: desempenho, desafios e perspectiva. Brasília: Ipea, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 206 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**: Agricultura familiar. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 10 out. 2021.

Digitalizado com CamScanner

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área territorial brasileira 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Densidade demográfica: IBGE, **Censo Demográfico 2010**, Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IDH **Índice de desenvolvimento humano**: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População estimada**: IBGE, 2020.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense.** v.8,n.4, out./dez. São Luís: IMESC, 2020.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Índice de Atividade Econômica- Setor Agropecuário**. 2°trim. de 2021. V.2, n.2. São Luís: IMESC, 2021.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão.** v.14, n. 1, jan./dez. São Luís: IMESC, 2020.

LEITE, S. P. CRÉDITO RURAL. In: GALDART, R. S. et. Al. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 172-180, 2012.

LEITE, M, de J.R. **Pronaf Mulher**: avanços e limites na superação das desigualdades de gênero/Renata Leite Manoel de Jesus – Brasília, 2014. 31f.:il. Monografia (especialização) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação – EAD, 2014.

MARTINS, Juliane Carneiro. **Análise da produção agropecuária no estado do Maranhão entre os anos de 1974 a 2017**. 2020. 79 f. Monografia (Curso de Agronomia) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.

MAPA. Ministério da Agricultura , Pecuária e Abastecimento. **Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1> Acesso em: 10 jul 2021.

MAPA. Ministério da Agricultura , Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola. **Revista de Políticas Agrícolas**. Disponível em: < https:www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/políticaagricola/todas-publicações-de-politica-agricola/revista-de-politica-agricola.Abr./Maio/Jun.2021> Acesso em: 16 Dez. 2021.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadastro Nacional da Agricultura Familiar.** Disponível em :<https://www.gov.br/agricultura/pt-

Digitalizado com CamScanner

br/assuntos/noticias/publicada-portaria-com-novas-condicoes-para-implementacao-do-cadastro-nacional-da-agricultura-familiar> Acesso em: 16 Dez. 2021.

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf**: análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. 136 p. (Nead Estudos; 11).

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo:** do Neolítico à crise contemporânea. São Paulo: UNESP, 2010.

PASSOS, Ana T. Bittencourt; KHAN, Ahmed Saeed. **O impacto dos Pronaf sobre a sustentabilidade agrícola de agricultores familiares na microrregião do Vale do Médio Curu,** no Estado do Ceará. Economia Aplicada, v. 23, n. 4, 2019, pp. 53-78.

PIRES, S. J. M. **Contradições em processo**: um estudo da estrutura e evolução do Pronaf de 2000 a 2010.Brasília: Ipea, 2013.

SANTOS, C.M.S. **Avaliação das disparidades regionais na distribuição do crédito do PRONAF no estado do Maranhão, entre 1998 a 2012.** 2015. 76 f.: il. Tese (Doutorado- Produção Vegetal) - Universidade do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias. Campos dos Goytacazes RJ, 2015. Bibliografia: f.64-71. CDD-338.18.

SILVA, P.F.C e. **A concentração de recursos financeiros do programa nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar: o caso do Maranhão a partir de 2003.** 2017.108f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade Federal do Maranhão, 2017.

SCHNEIDER, S; CAZELLA, A. A; MATTEI, L. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M.K.; MARQUES, P. E. M (Org.). Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: UFRGS, 2014. p. 21-49.

SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e Industrialização**. Porto Alegre: UFRGS,1999.

VIEIRA FILHO, J.E.R; VIEIRA, A. C. P. et al. **Diagnóstico e Desafios da Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro. IPEA, 2019. 340 p.

WAHLBRINCK, Joana. **As contribuições do Crédito Rural na geração de renda e qualidade de vida dos produtores rurais de Imirante-RS**. Lajeado, 2017.

WANDERLEY, M.N.B. **Raízes históricas do Campesinato Brasileiro.** In: 20° encontro anual da ANPOCS. 1996, Caxambu, MG. Anais... Caxambu: ANPOCS, p.1-17, 1996.

Digitalizado com CamScanner